PROJOVEM URBANO:

proposta ambiciosa e “pequena política” no vácuo de um Sistema Nacional de Educação¹

Sonia Maria Rummert²
Leandro da Silva Gaspar³

RESUMO: Neste artigo, a análise do PROJOVEM pretende evidenciar algumas de suas marcas de política de governo de caráter sazonal, transitório e precário. Por suas características, o Programa soma-se a outros expressivos exemplos de ações fragmentadas que, sob a forma de campanhas, movimentos ou programas, marcam a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil desde a década de 1940. O desenvolvimento da argumentação apresenta, inicialmente, aspectos descritivos do Programa, sublinhando alguns de seus limites e paradoxos. A seguir, a partir de revisão de literatura sobre o tema, são abordados aspectos relevantes evidenciados em estudos empreendidos em vários estados do país. Finalmente, abordamos o PROJOVEM Urbano/RJ, com particular destaque para sua implementação pela Coordenação Estadual da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SeTrab) do Rio de Janeiro, no período 2009-2010.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Política Educacional; PROJOVEM; Educação Profissional.

URBAN PROJOVEM: ambitious proposal and “small policy” in the vacuum of an Education National System

¹ Este artigo baseia-se parcialmente em Gaspar (2014) e, originalmente, havia sido elaborado para integrar o livro “*Trabalho, Juventude e Educação Profissional*”, o qual deveria ter sido publicado em 2016 com financiamento da FAPERJ, por meio de Apoio à Editoração Científica (APQ-3), Edital de 2015, mas não ocorreu devido ao fato de esta agência de fomento não ter honrado o contrato firmado e o repasse de recursos não ter ocorrido.

² Doutora em Ciências Humanas – Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com Pós-Doutorado em Formação de Adultos na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE/FGV/RJ). É Professora Associada (Aposentada) da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade. Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Trabalho e Educação, com ênfase em educação básica e profissional de jovens e adultos trabalhadores. É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), membro do NEDDATE/UFF, Editora da Revista Trabalho Necessário e Líder do Grupo de Pesquisa EJA Trabalhadores EJATrab (UFF/CNPq). É, também, professora Associada do Programa de Doutorado em Formação de Adultos do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: rummert@uol.com.br

³ Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo(USP); Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Técnico Desportivo da Secretaria de Esportes (SEMES/Santos-SP). E-mail: leandrogaspar7@yahoo.com.br

ABSTRACT: In this article, the analysis of PROJOVEM intends to present some of its marks as a seasonal, transitory and precarious government's policy. For its characteristics, the programme constitutes an example of a set of fragmented actions that, in the form of campaigns, movements or programs, Mark the History of Youth and Adult Education in Brazil since the decade of 1940. The development of the reasoning initially presents some descriptive aspects of the Programme, stressing some of their limits and paradoxes. After that, from the review of the literature on the subject, we approach some relevant aspects evidenced in studies carried out in several states of the country. Finally, we approach the Urban/RJ PROJOVEM, with special emphasis on its implementation by the State Coordination of the State Secretary of Labour and Revenue (SeTrab) of Rio de Janeiro during the period 2009-2010.

Keywords: Youth and Adult Education, Educational Policy, PROJOVEM, Professional Education.

Introdução

A complexidade das políticas destinadas à educação da classe trabalhadora só pode ser compreendida se a percebemos como expressão de correlações de forças, tais como se configuram no campo da luta de classes. Particularmente no caso brasileiro, com a intensificação do processo de *modernização* a partir da década de 1930, o capital buscou, pela educação, adaptar algumas frações da classe trabalhadora à nova divisão social do trabalho, visando tanto o aumento da produtividade quanto a permanente necessidade de controle social e de conformação à ordem expropriadora. Assim, durante décadas, dada a forma de inserção do país no quadro internacional, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado, as políticas voltadas aos jovens e adultos trabalhadores apresentavam como característica principal a promoção de uma suposta *inclusão* centrada na ideia de que a complexidade da questão social se resumia à eliminação do analfabetismo e à distribuição precária e fragmentada de conhecimentos.

De forma genérica, podemos dizer que, gradativa e lentamente, mas sempre em consonância prioritária com necessidades dos diferentes estágios dos processos produtivos, a oferta de educação para os jovens e adultos trabalhadores ampliou-se a partir de políticas pouco consistentes as quais, por seu caráter desconexo e comprometido predominantemente com os interesses dominantes, constituíram, ao longo da segunda metade do século passado, um compósito de ações de governo expressas em campanhas e programas que em nada alteravam a situação de subalternidade e expropriação da classe trabalhadora. Esse conjunto de iniciativas tópicas, precárias de pouco alcance é derivado da precariedade maior da educação escolar da classe trabalhadora. Como assinala Saviani, de forma esclarecedora, sobre as últimas quatro décadas: "podemos dizer que a política educacional brasileira desde o final da ditadura até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação" (SAVIANI, 2014, s.p.).

Se essas características se aplicam à educação brasileira como um todo, tornam-se mais agudas quando nos debruçamos particularmente sobre a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. Será precisamente nesse cenário, nove anos antes da análise de Saviani, que é implementado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)⁴, aqui abordado. O Programa surge em meio a um processo de correlações de forças em que se tornam cada vez mais prementes as necessidades de controle social sobre uma parcela da população praticamente ignorada, até então, pelas anteriores políticas de governo. De modo geral, podemos afirmar que o PROJOVEM colocou a juventude no centro de uma discussão em que a desqualificação profissional era apresentada como um dos principais motivos da baixa produtividade e da crescente oscilação das taxas de desemprego juvenil, bem como causa do vertiginoso crescimento dos considerados grupos perigosos para a sociedade.

Os discursos de difusão e de defesa do PROJOVEM centravam-se nas teses da inclusão social via qualificação profissional e do desenvolvimento do capital humano, retomando, mais uma vez, argumentos já em voga na década de 1990.

A partir da década de 1990, as forças dominantes retomam, com ênfase, as teses da Teoria do Capital Humano, ressignificadas segundo as conveniências do padrão de acumulação flexível, ressaltando a importância, para o capital, da educação da classe trabalhadora. Assim, a educação passa a ser apresentada pelo discurso dominante como a chave para que o país se torne uma economia competitiva no quadro hegemônico internacional. Diversas iniciativas são tomadas pelo Estado, sobretudo no âmbito da educação profissional e, com menor intensidade, no plano da elevação da escolaridade no nível de ensino fundamental, principalmente a partir de 1995. Tais iniciativas, referentes à educação da classe trabalhadora, entretanto, constituíram e constituem, sobretudo, um processo de distribuição de ilusões. Tanto pelo anteriormente exposto, quanto pelo fato de que a esmagadora maioria das iniciativas de elevação de escolaridade e de educação profissional apresenta baixa qualidade e se volta, sobretudo, para a execução do trabalho simples, que demanda precário grau de apropriação de fragmentos de conhecimentos científicos e tecnológicos (RUMMERT, 2006, p. 1).

Nessa perspectiva, concretiza-se na educação da classe trabalhadora a negação da estreita relação existente entre trabalho (em sua perspectiva ontológica) e educação, concebidos como direitos – de caráter objetivo e subjetivo – e como práticas sociais determinadas e determinantes de diferentes formas de sociabilidade.

Historicamente, as questões sobre a educação de jovens e adultos trabalhadores foram marcadas por contradições presentes nas relações sociais e de produção, como expressão de um projeto societário coadunado, como já ressaltado, com as bases do desenvolvimento desigual e combinado. Neste início de século, as mudanças propostas nas políticas do governo Luis Inácio Lula da Silva para formação dos jovens da classe trabalhadora

⁴ Além deste trabalho, nossas análises acerca do Projovem estão apresentadas em: Rummert; Bilio e Gaspar (2017), Rummert; Algebaile; Ventura (2013); Rummert; Alves (2010); Rummert (2009; 2007).

alcançaram patamar importante para seu reconhecimento, com base em uma legislação a partir da qual supostamente se pretendia promover o resgate da classe trabalhadora excluída das oportunidades educacionais, conforme fartamente anunciado.

Tais iniciativas, ao mesmo tempo em que desencadearam a ampliação dos estudos voltados ao tema da juventude, corroboraram a guinada nas discussões sobre a qualidade social das políticas de formação e qualificação profissional voltadas à inserção profissional da classe trabalhadora. Muitos desses estudos têm demonstrado o caráter falacioso das políticas mais diretamente destinadas aos jovens e adultos, na realidade, voltadas para a reprodução, de forma extremamente precária, da força de trabalho simples necessária ao desenvolvimento desigual e combinado.

Com a instituição do Conselho Nacional da Juventude e da Secretaria Nacional da Juventude, órgãos subordinados à Secretaria Geral da Presidência da República, o reconhecimento da necessidade de pensar uma proposta educacional voltada à formação dos jovens excluídos do processo educacional e produtivo modifica a aparência, mas não a essência, dos programas que se propõem conferir um novo sentido à qualificação profissional dos trabalhadores. Dentre vários aspectos que poderiam ser mencionados como consequências mais imediatas desse arranjo político, o PROJOVEM é concebido por seus formuladores e gestores como uma ação inovadora e especial, apartada da Educação de Jovens e Adultos da qual negavam ser o Programa tributário embora efetivamente o fosse. Foi assim apresentado à sociedade como um “novo” que, na realidade, reproduzia a marca do caráter prescritivo e normativo típico das iniciativas tecnocráticas o que concorreu, junto com vários outros fatores, para o seu fracasso.

Na verdade, o PROJOVEM veio se somar a um conjunto variado de ofertas de certificações precárias, fruto de ações aligeiradas, apresentadas como tradução de um processo efetivo de democratização da educação que, sob diferentes maquiagens, reafirmam a dualidade educacional de novo tipo (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013), aprofundando a distribuição desigual do conhecimento, segundo os interesses hegemônicos.

Ainda em 2008 o Conselho Nacional de Educação, recusava a perspectiva supostamente inaugural anunciada, afirmando que o PROJOVEM “integra a educação de jovens e adultos e a educação profissional tomando o trabalho como princípio educativo” (BRASIL, 2008b, p. 4).

Tal afirmação do CNE evidencia, também, um aspecto que tem preocupado teóricos de esquerda quanto à apropriação do léxico dos princípios dos pedagógicos marxistas pelos programas de governo, destituindo-os de seu significado essencial. Tal apropriação, desenraizada de suas bases teórico-políticas, gera grande ambiguidade na fundamentação

teórica das propostas governamentais. Acerca dessa questão, Kuenzer afirma com propriedade:

A facilidade com que a pedagogia toyotista se apropria, sempre do ponto de vista do capital, de concepções que tem sido elaboradas no âmbito da pedagogia socialista, estabelecendo uma tal ambiguidade nos discursos e nas práticas que tem levado muitos a imaginar que, a partir de novas demandas do capital no regime de acumulação flexível, as políticas e propostas pedagógicas de fato passam a contemplar os interesses daqueles que vivem do trabalho do ponto de vista da democratização (KUENZER, 2005, p. 78).

Na proposta do Programa, a questão social se coloca como meio de alcançar o desenvolvimento humano pelo suposto aumento das oportunidades educacionais e profissionais, valendo-se do discurso da aquisição dos direitos sociais e do exercício da cidadania. Partindo da constatação da “crise” que atinge a juventude trabalhadora, o Governo Federal adapta-se a “recomendações” dos organismos internacionais, institui políticas emergenciais voltadas para o acesso ao primeiro emprego, o empreendedorismo juvenil e a outras “oportunidades” que não se *limitem* ao emprego formal, como o trabalho informal, autônomo, temporário etc.

Às influências de caráter internacional, e por decorrência delas, o PROJOVEM associou um conjunto de proposições de gestão que, apesar da arquitetura aparentemente ágil e bem estruturada, tal como apresentada nos documentos orientadores, mostrou-se, ao ser implementado, incapaz de se coadunar com as características particulares e com necessidades reais das diferentes regiões do país e dos próprios alunos aos quais se destinava, como veremos.

Para desenvolver a análise do PROJOVEM aqui anunciada, trataremos, no próximo tópico, de aspectos descritivos do Programa, sublinhando alguns de seus limites e paradoxos. A seguir, abordaremos aspectos candentes que emergiram de estudos acerca do mesmo em vários estados do país, a partir de revisão de literatura sobre o tema. Finalmente, será apresentado um relato acerca do PROJOVEM Urbano/RJ, elaborado a partir da experiência vivenciada, no âmbito da gestão, por um dos autores deste trabalho.

PROJOVEM: limites e paradoxos entre o anunciado e o real

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens objetiva, segundo sua proposta, fomentar a qualificação profissional dos jovens da classe trabalhadora destituídos do direito à educação, elevando sua escolaridade e propondo uma aproximação das questões sociais prementes dentro do processo *democrático* e do exercício da *cidadania*. Além da legislação vigente, dois documentos respaldam sua proposta pedagógica original: o Projeto do Programa PROJOVEM (BRASIL, 2006a) e o Projeto Pedagógico Integrado (2008a). O PROJOVEM original se apresentava como uma política experimental e emergencial, tendo

como meta qualificar 200.000 jovens em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal, no período de 2005 a 2008 (BRASIL, 2008a, p. 14).

O Programa foi implementado entre 2005 e 2007, numa ação articulada do Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sua apresentação formal, em todas as instâncias e esferas administrativas conclamava à apropriação de seus pressupostos político-pedagógicos bem como de sua proposta curricular, por todos os atores do Programa: gestores, professores, educadores profissionais, assistentes sociais e alunos” (BRASIL, 2006b, p. 3). Na realidade, entretanto, o PROJOVEM nasce sob o estigma da suposta criminalidade potencial dos jovens das frações mais destituídas de direitos da classe trabalhadora, consideradas como as *classes perigosas* (Cf. RUMMERT, 2007).

Na apresentação do Projeto Pedagógico Integrado – PPI (BRASIL, 2008a) já se explicita o significado da expressão “ensino integrado”, conforme anteriormente assinalado. A política integrada, para o pensamento hegemônico, é uma “política com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro”, e tal ação “representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper com o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2008a, p. 10).

O PROJOVEM original tinha por objetivo atender a população de jovens e adultos na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, que recebiam um auxílio financeiro mensal de R\$ 100, 00, durante 12 meses, desde que tivessem comparecido a 75% das atividades presenciais durante o mês, em cada unidade formativa; entregue 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês; e realizassem o Exame Nacional Externo para fins de certificação no Ensino Fundamental que ocorria ao término do curso (BRASIL, 2008a, p. 14). Na proposta original, a matrícula estava condicionada ao nível prévio de escolaridade do aluno que deveria ter cursado, no mínimo, a quarta série, mas não ter completado o Ensino Fundamental, além de não possuir emprego formal.

Reconhecidos os limites do programa original, tratados pelo PPI como “desafios e dificuldades para a concretização mais efetiva das finalidades pretendidas” (BRASIL, 2008a, p. 22), a estrutura do Programa foi modificada em 2008, assumindo um caráter mais abrangente quanto às frações de classe atendidas, mas mantendo o caráter fragmentado de uma formação rápida para o mercado de trabalho, embora associada à certificação referente ao Ensino Fundamental além da ação comunitária.

Essa reformulação passou a abrigar, além do Programa original de 2005, um amplo conjunto de ações para a juventude, já em curso e promovidas por diferentes esferas do Governo Federal, algumas ainda do período de governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em seu novo formato, foi subdividido em quatro subprogramas Urbano, Trabalhador, Campo e Adolescente, sob a responsabilidade de distintos ministérios, obedecendo a uma divisão que não se baseava, efetivamente, em fundamentações de caráter científico. Chama a atenção o fato de somente o ProJovem Campo, que objetiva oferecer a jovens da agricultura familiar, de 18 a 29 anos, a conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância com os ciclos agrícolas, estar diretamente vinculado ao Ministério da Educação. A destacar, também, o fato de que o ProJovem Adolescente – destinado aos jovens de 15 a 17 anos em *situação de risco social*, independentemente da renda familiar, ou pertencentes ao Programa Bolsa Família – ser coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, constituindo, segundo expressivo grupo de especialistas, um retrocesso que retoma uma vertente de subordinação da educação às medidas de assistência social.

O PROJOVEM Urbano, segundo o Governo Federal, foi modificado uma vez que

A avaliação e a experiência mostraram que os jovens excluídos estão mais dispersos geograficamente que o esperado, apontando a necessidade de ampliar o alcance do programa para cidades menores, uma vez que parte substantiva dos jovens brasileiros deixa de ser contemplada, quando se restringe o atendimento a municípios com mais de 200.000 habitantes (BRASIL, 2008a, p. 15).

Nesta vertente, o Programa foi ampliado para 2.000 horas, distribuídas em dezoito meses e três ciclos de estudos, ao longo dos quais os alunos eram submetidos a três exames nacionais. Pretendendo proporcionar “a formação integral ao jovem por meio de uma efetiva associação entre elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias” (Brasil, 2006a, p. 12), o Programa buscou atingi-la a partir dos três grupos de atividades: “Formação Básica (1.092 horas), Qualificação Profissional (390 horas) e Ação Comunitária (78 horas), somando 1.560 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 2.000 horas” (BRASIL, 2008a, p. 42).

Segundo documento de 2007, que não se alterou,

- A Formação Básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã.
- A Qualificação Profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.
- A Participação Cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários (BRASIL, 2007).

Foi também ampliada a faixa etária de atendimento para os 29 anos. O valor da bolsa mensal de R\$ 100,00 foi mantido, embora a concessão tenha sido ampliada para 18 meses, a partir dos mesmos critérios: a frequência e a entrega de trabalhos escolares obrigatórios, nas mesmas proporções anteriormente estipuladas. As novas metas propostas para essa vertente situavam-se, em 2008, em duzentas e cinquenta mil vagas, pretendendo-se atender um total de novecentos mil jovens em todo o país, até o final do ano de 2010, o que constitui meta bastante modesta, se considerarmos a amplitude da demanda

Visando à maior *inclusão*, passou-se a exigir, somente, que o aluno soubesse ler e escrever, devendo a matrícula ser realizada pelos estados/municípios, por meio de sistema informatizado, diretamente no pólo correspondente ao seu núcleo de origem. Os trabalhadores com carteira assinada também passaram a ter direito à matrícula, ao contrário da proposta anterior. Também os egressos do sistema penitenciário, possuidores do perfil do Programa, passaram a ser atendidos pelo PROJOVEM Prisional.

Na proposta do Estado, o Programa mostra-se “inovador” pela sua organização em arcos ocupacionais, compostos por quatro ocupações “que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepare para ser empregado, mas também pequeno empresário ou sócio de cooperativa” (Brasil, 2008a, p. 19).

Segundo o Projeto do PROJOVEM (BRASIL, 2006a), os arcos são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, abrangendo as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), que podem garantir uma formação mais ampla e aumentar as possibilidades de inserção ocupacional do trabalhador (BRASIL, 2006a, p. 49). Em que pese a retórica em defender a formação integral num curto espaço de tempo, não bastasse a formação básica do programa ter uma significativa redução dos conteúdos devido à meta de certificar o jovem em nível fundamental em dezoito meses, a proposta de qualificação profissional se materializava em condições precárias e aligeiradas, mascaradas pelo discurso da “qualificação inicial em um arco de ocupações” (BRASIL, 2008a, p. 11).

Na realidade, a qualificação profissional foi direcionada de modo a articular antigas qualificações e novas competências, remetendo a conteúdo da base técnica de produção flexível, na forma de Arcos Ocupacionais, para se tornarem mais atrativos aos trabalhadores em meio à consolidação da nova divisão social do trabalho. Analisando a carga horária, deparamos com um dado aparentemente paradoxal: a qualificação profissional é dividida em: 390 horas “presenciais” e 440 horas “não-presenciais”, (Brasil, 2008a p. 42), ou seja, a parte prática da qualificação, que deveria ser enfatizada quanto às possibilidades de aprimoramento técnico-profissional, é menor.

Segundo os dois documentos que fundamentam o Programa, “as horas não-presenciais serão dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas, e à elaboração de planos e registros – individualmente ou em pequenos grupos – nos espaços e tempo mais convenientes ao estudante” (BRASIL, 2006a, p. 22; BRASIL, 2008a, p. 41). Com a alteração do Programa, as horas não-presenciais passaram a compor a carga horária da qualificação profissional que, na proposta original era direcionada ao Ensino Fundamental.

Segundo PPI (2008a), o Projeto de Orientação Profissional (POP) “é um trabalho de cunho reflexivo, ao longo de todo o curso, preparando o jovem para melhor compreender a dinâmica do mundo do trabalho e planejar sua formação profissional” (BRASIL, 2008a, p. 36). Na prática, a qualificação profissional do PROJOVEM Urbano era realizada apenas no último trimestre do curso, depois da Formação Técnica Geral (FTG), e das horas do POP, distribuídas ao longo do curso. Esse formato se apresentou como um dos aspectos que mais desmotivaram os alunos, pelo fato da qualificação profissional ser viabilizada somente ao final, e de forma precária. Levando em consideração o reduzido cronograma, esse modelo além de não ser atrativo para o trabalhador, exclui a possibilidade de ampliar ou intensificar sua formação.

Outro aspecto a assinalar é que apesar do anunciado nos documentos, no PROJOVEM Urbano, a *inclusão* por meio da educação não corresponde, necessariamente, à inserção do trabalhador no mercado de trabalho. No projeto neoliberal de educação, voltado aos jovens e adultos trabalhadores, a inserção profissional depende do esforço do trabalhador para se adaptar às atuais relações de trabalho precarizado e das possibilidades de inserção *produtiva* que não conduzem, necessariamente, ao trabalho formal. Desse modo, o PROJOVEM Urbano tem por objetivos a *inclusão* fundamentada nas experiências dos jovens e adultos trabalhadores que devem recorrer à própria “sorte” para conquistar inserções subalternas e precárias no mercado.

Nesse sentido, o Programa torna-se um claro exemplo da análise de Kuenzer acerca da educação profissional do governo de Luiz Inácio Lula da Silva: “não há referências e condições concretas, das suas características, para a implementação de procedimentos pedagógicos que assegurem o desenvolvimento das competências complexas que caracterizam o trabalho intelectual” (KUENZER, 2006, p. 904). Assim, ao contrapor a realidade social com a dinâmica do capital e o tipo de formação propiciado, não é difícil perceber que seus egressos estão, quando muito, destinados ao trabalho simples.

Na realidade, a formação integral anunciada no PROJOVEM constitui mais uma proposta vazia, marcada pela ausência de articulação quanto aos objetivos finais, caracterizando-se como mais uma política sazonal, transitória e precária. Dá, assim, continuidade à histórica marca da educação de jovens e adultos trabalhadores com seus programas reformulados, re-criados, re-nomeados, fundidos, mas sempre se

caracterizando pelo aspecto reformista e utilitarista subordinado aos interesses do capitalismo dependente que caracteriza o Brasil e, portanto, sem compromisso efetivo com a educação classe trabalhadora enquanto direito. Tais programas, entretanto, são funcionais ao Estado porque perpetuam o discurso da “inclusão social”, justificando suas ações a partir de dados estatísticos que não traduzem a realidade concreta, nem possuem compromisso com a qualidade socialmente referenciada da educação.

Em decorrência, a análise de Kuenzer não perde a atualidade, uma vez que o Programa também constitui expressão de:

[...]uma apropriação distorcida de processos desenvolvidos no campo da esquerda para minimizar os efeitos da precarização cultural decorrente da precarização econômica, com a única preocupação de melhorar as estatísticas educacionais: ciclagem, aceleração de fluxo, progressão automática, classes de aceleração. [...] Enfim, o conjunto de estratégias que apenas conferem “certificação vazia”, e por isso mesmo, se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência (KUENZER, 2005, p. 93).

O PROJOVEM Urbano: alguns olhares sobre sua realidade em âmbito nacional

O PROJOVEM Urbano, em âmbito nacional, foi interrompido em 2011, após serem constatadas, pela Controladoria Geral da União, várias irregularidades na utilização dos recursos públicos. Ademais, a CGU reconheceu não ter conseguido apurar as contas dos vários municípios e estados que receberam verbas do Governo Federal. Em 2012, o Programa voltou a ser executado, agora sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), subordinada ao Ministério da Educação.

Desde as discussões que resultaram na primeira avaliação do PROJOVEM Urbano, por parte do Estado, é mencionada a execução utilitarista do Programa e o conseqüente uso do aparelho de Estado para benefício de grupos, como sendo uma das particularidades a serem investigadas. Segundo Costa (2007) “acentuam-se as preocupações, especialmente pelo formato conveniado, com possíveis usos guiados por interesses políticos”, o que se comprovou por diferentes estudos.

A captura do Programa pela “pequena política⁵” foi detectada em vários Estados e, por vezes, se tornava determinante nos processos de contratação de entidades, como ONGs,

⁵ Para Gramsci, a pequena política “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 21). Gramsci assinala, ainda, que a redução de tudo à pequena política constitui uma “grande política” dos estados conservadores. No Brasil, essa é sem dúvida a “grande política” educacional para a classe trabalhadora em que prevalece a lógica focal e precária em detrimento de um efetivo Sistema Nacional de Educação.

ou de professores e técnicos. De acordo com Araújo e Araújo, a partir da análise de textos elaborados por docentes do Programa no Estado, por solicitação dos pesquisadores

(...) foi citada a existência de critérios políticos-partidários, em detrimento dos critérios técnicos, como fator que dificultaria a realização do trabalho docente. 12 docentes relataram esta dificuldade e indicaram existir forte pressão política sobre o trabalho docente. Os professores relataram que desde o processo de contratação este foi um critério privilegiado pois professores não qualificados para o trabalho docente com os jovens do programa ou sem identidade com a proposta foram contratados (ARAÚJO; ARAÚJO, 2008, p. 13-4)

Da falta de compromisso com o Programa cuja implementação, em muitos casos, visava predominantemente os interesses particularistas, derivou uma precariedade de funcionamento facilmente detectada. Sobre esse aspecto, afirmam, ainda, Araújo e Araújo: “Com relação às variáveis infra-estruturais, um total de 28 respostas relacionavam as dificuldades docentes às condições materiais objetivas, tais como falta de material humano, de informática, acesso a internet, espaços inadequados ou mesmo a falta de material didático” (ARAÚJO; ARAÚJO, 2008, p. 14). Ainda segundo os autores, “os relatos dos professores evidenciavam a falta de condições didáticas adequadas para a oferta do Programa. As aulas nem sempre aconteciam em escolas, mas em outros espaços não construídos para este fim, com iluminação e condições ambientais inadequadas” (ARAÚJO; ARAÚJO, 2008, p. 15). Sobre o acompanhamento que deveria ser oferecido pela Coordenação Estadual aos docentes, os autores constataram que esse “era precário em função, entre outras coisas, das distâncias entre os diferentes núcleos de ensino” (ARAÚJO; ARAÚJO, 2008, p. 15).

Os limites do PROJOVEM Urbano se evidenciavam, por exemplo, em vários aspectos de confronto com a realidade não previstos nos referenciais orientadores. Problemas técnicos, estruturais e de gestão de recursos humanos não contemplados no PPI e que só podem ser compreendidos e, talvez, solucionados na busca de soluções efetivas no desenrolar supervisionado e dialogado da execução e não pela abordagem tecnocrática. Na realidade, como anteriormente referido, a concepção, a forma de implantação e o caráter normativo e prescritivo do Programa evidenciam o viés tecnocrático que o marcava e que concorreu para seu fracasso, entre muitos fatores, por ignorar as singularidades regionais. Também a falsa promessa integradora apresentada como decorrência natural da participação no Programa, desencadeou a forte evasão que caracterizou a iniciativa em todo o país.

Soares, Ferrão e Marques (2011) analisaram o percentual de evasão escolar para a primeira entrada do PROJOVEM Urbano, no qual se inscreveram 95.037 jovens trabalhadores, dos quais 18.344 (19,3%) não chegaram a receber nenhuma bolsa. Dos 76.693 alunos restantes, que receberam pelo menos um auxílio, 29.551 não se submeteram a qualquer avaliação em Matemática e Língua Portuguesa. Destacam ainda, no que se refere à alta taxa de evasão escolar, que esses indivíduos que “não se

submeteram a qualquer avaliação da aprendizagem, prenúncio de eventual desistência, continuaram recebendo a bolsa de estudos, representando um desperdício do Programa” (SOARES; FERRÃO; MARQUES, 2011, p. 856). Os autores ressaltam, na conclusão do trabalho, que “a limitação dos resultados apresentados assenta, fundamentalmente, no elevado número de dados em falta (em torno de 30%)”. Recomendam, ainda, a melhoria do protocolo de aplicação dos questionários de recolha dos dados, e posterior re-análise dos dados referentes aos cortes seguintes para efeito confirmatório (SOARES; FERRÃO; MARQUES, 2011, p. 858).

O estudo de Silveira (2009), referente à cidade de Salvador, evidencia que os problemas da realidade material do programa foram bastante graves. A autora analisou os dados referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007, nas esferas Federal e Municipal e, comparando o índice de aprovação entre os níveis, constatou que “os dados gerais de aprovação do programa em ambos os níveis apresentam um percentual, médio, abaixo de 30% dos matriculados, ao longo dos anos de sua implementação.” (SILVEIRA, 2009, p. 109).

Também segundo a autora, “os percentuais de aprovados em relação ao número de matriculados no programa indicam um baixo aproveitamento” (SILVEIRA, 2009, p. 109). Foi constatado que o número de jovens matriculados em nível nacional, de 2005 a 2007, foi de 246.516, para um número de aprovados de 66.885, (27,1%). Enquanto que no mesmo período, Salvador registrou 14.498 alunos matriculados, sendo que 9.430 estavam aptos a realizar o exame. Desse total, 4.601 alunos foram avaliados (48,83%), e somente 3.553 foram aprovados, ou seja, houve, apenas, 24,5% de aproveitamento (SILVEIRA, 2009, p. 109-10).

Em outro estudo, empreendido por Santos *et alli* (2013, p. 12) sobre o município de Vitória da Conquista, Bahia, também a questão da evasão é analisada. Os autores que identificaram que a precarização das oportunidades ofertadas constituiu o principal motivo da evasão. Em relação às aulas de informática, “100% dos jovens responderam que acharam ruim, isso porque, no início das aulas do Programa foi informado que haveria aulas de informática, porém a escola não tinha sala para a realização destas aulas, 18 meses se passaram e as aulas de informática não aconteceram” (SANTOS *et alli*, 2013, p. 11-2). Os autores concluíram, assim, “que um dos objetivos do Programa que era a elevação da escolaridade e a reinserção do jovem nos estudos não foi alcançado satisfatoriamente”.

Outro aspecto determinante para a evasão decorreu da ausência de efetivas melhorias em relação à renda dos trabalhadores, ao contrário do anunciado. Afirmam, sobre a questão que:

Em relação à renda mensal dos jovens, antes de participar do PROJOVEM Urbano, 90% declaram receber até um salário mínimo, 10% recebiam entre um e dois salários mínimos e nenhum dos jovens declarou receber mais de 03 salários mínimos. Depois de participarem do PROJOVEM Urbano, a renda mensal de 75% dos jovens continuou em até um salário mínimo, isto incluindo recursos do programa bolsa família; e 25% declararam estar recebendo, atualmente, entre um e dois salários mínimos. Analisando este item, observa-se que em relação à renda não houve mudanças significativas e que nenhum dos jovens entrevistados passaram a ganhar acima de 03 salários mínimos depois de concluírem o Programa (SANTOS *et alli*, 2013, p. 14).

Os autores inferiram que, como não houve aumento de renda *per capita*, esse foi um fator preponderante para a evasão dos jovens, expressando a falta de confiança dos jovens dos setores populares em relação a programas como o PROJOVEM, pois não acreditam que eles constituam, efetivamente, uma via de mobilidade e de integração social (SANTOS *et alli*, 2013, p. 14).

Na conclusão do estudo, os autores verificaram uma fragilidade na finalidade maior do Programa: proporcionar uma formação integral para os jovens, uma vez que, “pelos resultados parciais observados, os avanços limitam-se na dimensão da formação básica e no reconhecimento de direitos como sujeito, para aqueles que concluem o Programa” (SANTOS *et alli*, 2013, p. 15). Entretanto, as fragilidades esbarram em questões ligadas à qualificação profissional, à inclusão digital e ao acesso à cultura.

[...] a falta de laboratórios de informática ou a dificuldade de acesso aos mesmos, as precariedades das aulas práticas dos “arcos ocupacionais”, a falta de uma política de acesso à cultura são alguns dos problemas mais citados pelos executores, em especial, os educadores e formadores do Programa. Acrescenta-se a isso, a falta de uma política para inserir os jovens no mercado de trabalho, bem como a falta de uma política para garantir a continuidade dos jovens no sistema educacional (SANTOS *et alli*, 2013, p. 15).

Ainda nas Regiões Norte e Nordeste, dispomos da avaliação realizada pela Secretaria de Controle do Governo Federal, que ocorreu durante o exercício de 2009, sendo escolhidos particularmente, Municípios de João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Macapá/AP, Belém/PA, Salvador/BA e Manaus/AM (BRASIL, 2010, p. 21). Segundo o relatório, “nas entrevistas os alunos destacaram ser a qualificação profissional um dos principais atrativos do ProJovem Urbano” (BRASIL, 2010, p. 27). Nas visitas aos municípios fiscalizados, “verificou-se que apenas João Pessoa/PB e Macapá/AP haviam iniciado as atividades práticas de qualificação profissional e que em 5 dos municípios visitados, ou seja, em 71,42% deles, essa ação ainda não havia sido iniciada até a data de fiscalização desta Secretaria” (BRASIL, 2010, p. 28).

A análise global das entrevistas junto aos alunos confirmou o baixo índice de implementação das ações de capacitação profissional. De acordo com a avaliação, é “importante ressaltar que o atraso na implementação dessas ações foi informado pelos alunos entrevistados como um dos fatores de desestímulo à permanência no curso e,

assim, como possível motivo de evasão” (BRASIL, 2010, p. 29). Outra falha encontrada se refere à promessa da inclusão digital, uma vez que o Programa previa a existência de um laboratório de informática por núcleo, com acesso à rede mundial. O relatório, porém, informa sobre as mais diversas situações de precarização da oferta das aulas de informática.

A situação evidenciada a partir das fiscalizações nos municípios visitados demonstra que apenas em João Pessoa/PB há disponibilização integral de computadores para os alunos do ProJovem Urbano, conforme previsto nas diretrizes do Programa. Nos demais, ou o atendimento é parcial, como no caso dos Municípios de Belém/PA, Macapá/AP, Salvador/BA e Manaus/AM, ou não possuem laboratórios de informática aptos a atenderem aos jovens, como no caso dos Municípios de Aracaju/SE e Goiânia/GO. No Município de Belém/PA foi detectada uma situação preocupante: alguns alunos informaram que estavam pagando para terem as pesquisas solicitadas pelos professores realizadas por terceiros. Perguntado os motivos, esclareceram que não sabiam manusear os computadores ou não tinham acesso a esse tipo de equipamento, tanto em casa quanto na escola (BRASIL, 2010, p. 29).

O estudo de Assunção (2010) corrobora a avaliação acima acerca do Programa na cidade de João Pessoa/PB. Foi analisada a percepção dos alunos, a partir de três indicadores sociais: acessibilidade, qualidade e eficiência. A autora identificou os motivos que conduziram os jovens a buscar o PROJOVEM, concluindo que “a questão de maior escolarização e da necessidade de capacitação para o trabalho assume um sentido significativo para os/as jovens entrevistados/as (ASSUNÇÃO, 2010, p. 157).

Indo ao encontro da avaliação da Secretaria Nacional da Juventude SG/PR (BRASIL, 2010). Assunção constatou que naquele município, no referente ao indicador *acessibilidade*, foi declarado não ter havido dificuldade para acessar o PROJOVEM Urbano (ASSUNÇÃO, 2010, p. 159). Quanto ao indicador *qualidade*, na “leitura analítica dos resultados, constata-se uma predominância absoluta (94,9%) de usuários/as entrevistados/as que avaliaram de forma positiva os serviços oferecidos pelo Programa, que revela a qualidade nos serviços prestados” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 173). Contudo, segundo a autora, “chama a atenção o fato da qualidade atribuída pelos/as usuários/as, possivelmente estar permeada por fatores distintos, dos quais deve se considerar também as percepções subjetivas que cada um/a construiu e continua construindo ao longo de suas trajetórias de vida acerca da questão da qualidade” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 173-4).

Quanto ao terceiro indicador, eficiência, perguntou-se sobre o quesito “mudança ou não na vida dos/as usuários/as entrevistados/as”, após a participação do programa. Ainda segundo a autora, um percentual expressivo 94,9% de usuários atribuiu mudança em sua vida, em virtude da participação do PROJOVEM Urbano/PB”. Na avaliação dos usuários “a mudança mais expressiva ocorreu em função do retorno ao processo de escolarização” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 191).

Quando à qualidade de vida dos entrevistados, 18,9 % responderam que a participação no programa proporcionou melhoria na qualidade de vida (ASSUNÇÃO, 2010, p. 191). Em resumo, esse resultado revela coerência acerca do indicador social *qualidade*; tal constatação demonstra a articulação existente entre os indicadores *qualidade* e *efetividade*, tornando-se fundamental para que haja efetividade nas ações de uma determinada política social, para que seus projetos e programas desenvolvam suas ações com qualidade (ASSUNÇÃO, 2010, p. 192).

Em que pese o indicador referente à melhoria da qualidade de vida ter apresentado baixo percentual, podemos considerar, em convergência com o constatado pela Secretaria Nacional da Juventude SG/PR (BRASIL, 2010), a partir dos estudos aqui referidos, que a cidade de João Pessoa apresentou resultados positivos, distinguindo-se da maioria dos municípios em que o PROJOVEM foi implementado. Em que pesem os grandes limites do Programa, aos quais vimos nos referindo ao longo deste trabalho, que inviabilizam mudanças nas condições de vida do conjunto da classe trabalhadora e mesmo para os trabalhadores individualmente, encontramos nas referências acima indícios a serem aprofundados, de que a apropriação do Programa em benefício da “pequena política” em grande parte dos municípios em que foi implementado, constituiu um fator decisivo para o grande fracasso que o marcou nacionalmente.

Já na Região Centro-Oeste, destacamos a análise que contemplou “a qualificação profissional no PROJOVEM Goiânia, na primeira e segunda turmas, [que] ocorreu por meio do convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)” (FRIEDRICH; BENITE; BENITE, 2012, p. 193). Foram matriculados “376 jovens, dos quais, 107 fizeram o exame de certificação final, composto pelas dimensões da Educação Básica e Ação Comunitária. Desses, 59 concluíram o programa com o curso de qualificação profissional, com as três dimensões do programa” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 196). Apesar de não ter sido analisada a efetividade social do programa, podemos identificar que menos de 16% dos alunos foram certificados. Os autores constataram “as contradições e os conflitos vivenciados pelos jovens, demonstrando a fragilidade de políticas públicas implementadas sem o devido planejamento de ações necessárias e que vão ao encontro dos reais anseios dos jovens” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 202). Por outro lado, os autores identificaram que “a busca do jovem pela formação visa à imediata inserção no mercado de trabalho impulsionado pelos modos de produção e consumismo vigentes no sistema capitalista e neoliberal que estamos inseridos” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 202).

Em Goiânia também foi identificada uma singularidade que contribuiu para a evasão no programa. No caso, uma característica econômica local – a comercialização de produtos em feiras livres – contribuiu, em alguns dias da semana, para que ocorresse ausência acentuada de alunos nas salas de aula, por ser desse tipo de atividade informal que muitos alunos tiram meios para o seu sustento. Essa dificuldade, é claro, é externa e de mais difícil

resolução (BRASIL, 2010, p. 40). Considerar essa dificuldade como de difícil solução evidencia outra marca do viés tecnocrático do Programa, tomando-se como impossibilidade algo que poderia ser contornado por um planejamento coadunado com a realidade dos alunos.

Finalmente, alguns aspectos relativos a Estados da Região Sudeste, caminham na mesma direção dos estudos anteriores. A realidade do Estado de São Paulo também é ilustrativa das dificuldades que o Programa apresentou. De acordo com Craveiro e Ometto (2013), o número de matrículas foi bastante pequeno e foi grande a evasão de alunos. Para os autores, "Os relatórios gerenciais apontam a taxa de evasão aproximada de 40%, após dez meses do início das aulas, com 3.008 alunos frequentes do total de 5.000" (CRAVEIRO; OMETTO, 2013, p. 233). Mais uma vez os estudos são incompletos uma vez que

não foi possível obter a taxa final de evasão e existem contradições entre os números apresentados em diferentes relatórios. Esse resultado aponta para algumas questões: a dificuldade em encontrar e atrair esses jovens à escola, os problemas de cadastro e comunicação do sistema de informação, a superestimação de uma meta de atendimento de 30.000 jovens para atingir o máximo de 5.000 jovens com a frequência exigida (CRAVEIRO; OMETTO, 2013, p. 240).

Outro estudo sobre a questão, no Estado de São Paulo, foi empreendido por Barbosa (2013) que investigou a participação no PROJOVEM Urbano como uma das formas de conformar os trabalhadores à nova sociabilidade do capital. Tendo como objeto empírico os municípios de São Vicente, Guarujá e Palmas, o autor constata que as metas estipuladas para os anos de 2009 e 2010, foram, respectivamente, 750, 800 e 1400 alunos. Iniciaram 497, 538 e 598 jovens, tendo finalizando o Programa, respectivamente, 252, 168 e 180 trabalhadores apenas (BARBOSA, 2012, p. 30).

Na cidade de Belo Horizonte, previa-se atender a 3.200 jovens, divididos em 16 núcleos. Foram matriculados 4.118 jovens na turma de 2009 e, desse total, 3.469 tiveram sua matrícula confirmada. Porém, apenas 2.198 jovens iniciaram o curso, sendo que somente 1.079 (49,1 %) o concluíram. Desse montante, "873 receberam a certificação de conclusão do ensino fundamental, o que corresponde a 39,7% das matrículas iniciais" (LEÃO; NONATO, 2012).

Os autores abordam, ainda, um aspecto comum a quase todo o território nacional. Ao tratar das características dos alunos do PROJOVEM Urbano, verifica-se um grande contingente de trabalhadores que migraram de suas cidades de origem em busca de melhores oportunidades de qualificação profissional e trabalho. Nesse sentido, "a busca pela certificação escolar era o principal interesse dos participantes. Para a grande maioria deles, o diploma era valorizado em função das expectativas quanto a conseguir uma melhor posição no mercado de trabalho" (LEÃO; NONATO, 2012, p. 846), evidenciando a crença na promessa integradora.

Não é outra a avaliação de Silva (2011) cujos estudos voltados particularmente para o município de Itaboraí, Rio de Janeiro, levam à seguinte afirmação: “se por um lado a qualificação para o trabalho simbolizava a esperança de uma melhor inserção no mercado e, conseqüentemente, de qualidade de vida, por outro significou a principal desilusão para aqueles que procuraram no Programa tal caminho” (SILVA, 2011, p. 74-5).

A autora, investigando as ações “emergenciais” do PROJOVEM Urbano, na ótica dos alunos, constatou que “as visitas de supervisão [...] revelavam indicativos sobre a precariedade sob a qual a Qualificação Profissional sucedia-se. De modo geral, no Estado do Rio de Janeiro, tal precariedade materializava-se em laboratórios de informática fora de funcionamento, ainda que o Arco Ocupacional de Telemática o pressupusesse” (SILVA, 2011, p. 74). Também as “aulas do Arco de Turismo e Hospitalidade que aconteciam em sua maciça maioria dentro de salas, à base do dueto *quadro negro e giz branco*”, se somam a tantos outros exemplos reais que poderiam ser citados.

Nesse sentido, no decorrer do programa, mais do que expectativas relativizadas, presenciamos frustrações elaboradas. Portanto, traçando um paralelo com as informações fornecidas pela equipe do SMA, é possível inferir que as dificuldades impressas no processo de implementação dessa dimensão curricular contribuíram para o dilaceramento das perspectivas iniciais dos jovens, que esperavam por aulas práticas na QP – algo constatado em poucas escolas/municípios (SILVA, 2011, p. 74).

A avaliação do PROJOVEM Urbano (BRASIL, 2010) apontou para irregularidades que comprometiam os objetivos estabelecidos. Devido à reestruturação do Programa em 2008, o documento afirmava não haver “identificado estudos acadêmicos específicos a respeito da evasão de alunos matriculados no PROJOVEM Urbano” (BRASIL, 2010, p. 38). Sublinhava, ainda, que o Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) constituía o principal mecanismo de controle do Programa, pela Secretaria Nacional da Juventude, por meio da Coordenação Nacional do Programa. (BRASIL, 2010, p. 15). Daí ser possível depreender que os relatórios do SMA não eram apresentados e publicados ao final dos convênios por seus respectivos gestores, sob a forma de prestação de contas, em parceria com a Coordenação Nacional.

O conjunto de estudos aqui destacados apresenta vários indicadores dos múltiplos problemas do PROJOVEM. Entretanto, os estudiosos do tema deparam, até hoje, com a falta de publicização da totalidade dos dados dos processos de avaliação empreendidos pelo Estado a partir de recursos públicos. Na verdade, a divulgação das informações acerca do Programa realizada em *doses homeopáticas*, além de impedir o efetivo controle público, também constitui um claro exemplo da forte interferência da lógica da pequena política no trato da coisa pública por parte daqueles envolvidos nacionalmente na concepção, direção e avaliação do Programa, conforme já abordado por Rummert, Bilio e Gaspar (2017).

Se o acima apresentado evidencia algumas das múltiplas dificuldades do PROJOVEM, em virtude, dentre outros aspectos de sua subordinação aos meandros da “pequena política”, não podemos deixar de sublinhar que a análise apresentada até aqui, neste artigo, vale-se de estudos de outros pesquisadores. Assim, para ilustrar, de forma mais concreta, os entraves que as práticas clientelistas privatizantes imprimem às políticas destinadas à formação da classe trabalhadora, abordaremos, a seguir, o caso concreto do PROJOVEM Urbano no Estado do Rio de Janeiro, com base na experiência vivenciada por um dos autores que participou, no período de 2009/2010, da sua Coordenação Executiva.

A experiência na Coordenação Estadual da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SeTrab) do Rio de Janeiro⁶

Serão abordadas, neste tópico, entre outros aspectos, as dificuldades de implantação da proposta, derivadas de complexos processos de correlações de forças, que se impuseram como entraves à consecução do PROJOVEM até sua extinção em 2010 no Estado do Rio de Janeiro. Embora com a clareza de que a concepção e as condições materiais do PROJOVEM Urbano/RJ não modificariam o quadro societário global de expropriação dos direitos da classe trabalhadora, seria razoável esperar que fossem utilizados, em sua implementação, os meios necessários para atingir mínima qualidade social na oferta. Ao contrário, porém, como veremos, a iniciativa trilhou o caminho da precariedade, da falta de efetivo compromisso e da inexperiência, que concorreram para o aprofundamento do fracasso do PROJOVEM Urbano/RJ no âmbito da SetTab, o que comprometeu ainda mais a proposta originalmente inadequada.

A SeTrab do Rio de Janeiro aderiu ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens em abril de 2009. No termo de adesão, a Coordenação Nacional do PROJOVEM Urbano estabeleceu o quantitativo de inscritos, pois, “as metas são anuais, para o período de 2008 a 2010, e proporcionais à população estimada que possua o perfil do jovem que reúna condições de atendimento” (BRASIL, 2010, p. 11)⁷.

Para o desenvolvimento do Programa, foram instituídas duas equipes, uma pedagógica, em sua maioria constituída por profissionais da educação e outra administrativa, formada por profissionais da educação e de outras áreas do conhecimento como arquitetura, psicologia,

⁶ A experiência que abordaremos neste trabalho deriva da participação de um dos autores na Coordenação Executiva do Projovem Urbano – Rio de Janeiro, a partir de agosto de 2009, na qual ingressou após processo seletivo público.

⁷ O Projovem Urbano/RJ – SeTrab respondeu pela inscrição de 5 000 alunos, em 32 núcleos de 16 municípios, entre a baixada e o norte fluminense. Os municípios foram divididos em dois Pólos, para reduzir as distâncias de deslocamento e aumentar a efetividade das ações. Pólo 1 – Maricá: Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Maricá, Nova Friburgo, Quissamã, Rio Bonito, Silva Jardim, Tanguá e Pólo 2 – Mesquita: Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Paracambi Queimados, Seropédica.

marketing, tecnologia da informação etc. Dessa composição diversa, e por vezes sobreposta, derivou uma série de problemas tais como: a) a grande heterogeneidade de formação dos membros da equipe, que não foi administrada de modo a explorar sua possível positividade; b) muitas dificuldades de relacionamento interpessoal decorrentes da insegurança que a alta rotatividade dos profissionais, oriunda das demissões dos cargos de confiança, propiciava; c) as tensões que minaram o Projeto, decorrentes da correlação de forças entre dois partidos políticos: Partido Social Cristão (PSC) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), coligados ao PMDB no Governo Estadual, e envolvidos diretamente na sua administração e execução.

Em janeiro de 2009, o PROJOVEM Urbano/RJ iniciou as atividades de contratação de pessoal para a Coordenação Estadual e terceirizou os agentes responsáveis pelas matrículas que deveriam realizar as inscrições dos alunos. As aulas, entretanto, tiveram início apenas em abril de 2009 e essa lacuna temporal constituiu um dos primeiros entraves a contribuir para que muitos alunos desistissem, julgando que a convocação e a matrícula representaram apenas mais uma promessa política. No decorrer do processo, em meio às dificuldades que a Coordenação Estadual apresentava para executar o programa, o gestor decidiu aumentar o quadro de funcionários para auxiliar no processo de fiscalização das ações, visto que a evasão avançava de forma progressiva.

Tal evasão tornou necessário implementar mudanças nas rotinas e no quadro de profissionais envolvidos, visando a dar mais agilidade às ações e obter melhores resultados. Pretendia-se, mediante determinações da gestão estadual, identificar o quantitativo de alunos, que constituía o parâmetro de controle para o repasse das verbas federais. O principal motivo da mudança interna residiu no desinteresse dos profissionais em operar o Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), principal ferramenta para controle dos alunos, que era executado somente pelo estagiário da equipe embora, segundo as orientações do Programa, os profissionais denominados Apoios Técnicos de Nível Superior, deveriam ser os responsáveis pelo processo.

A fase de inscrições foi determinante para consolidar o péssimo resultado da experiência no Rio de Janeiro. Marcada por muitos erros, representou o primeiro obstáculo para alcançar a meta de 5000 alunos necessária ao início do Programa. Os agentes de matrículas eram trabalhadores temporários e necessitavam cumprir as metas determinadas pela Coordenação Nacional, no que compete à inscrição dos alunos, para cumprir o cronograma de início das aulas. Entretanto, as fichas cadastrais dos alunos apresentavam muitos erros de registro, com ausência de dados fundamentais para efetivar a matrícula dos alunos junto ao SMA e à Caixa Econômica Federal. Em decorrência, o agente financiador não repassou os benefícios, tal como anunciado aos inscritos, o que também constituiu causa importante de evasão.

A evasão que marcou o Programa tal como implementado pela SeTrab foi derivada, ainda, de outros aspectos relevantes. Durante as visitas pedagógicas, identificou-se que os trabalhadores apresentavam grande dificuldade em frequentar o curso em decorrência da sobreposição dos horários do programa com os de trabalho, o que evidencia, mais uma vez, a incapacidade do Programa de adequar-se às efetivas necessidades dos alunos trabalhadores. Além disso, foram identificados os primeiros sinais de insucesso no Polo Maricá, decorrente da grande distância física entre a coordenação local e os núcleos. Essas falhas na execução elevaram sobremaneira as taxas de evasão, o que refletiu na necessidade de fechamento de alguns núcleos e na consequente demissão de professores.

Cabe destacar que a escolha dos municípios beneficiados pelo Programa no Estado atendeu preferencialmente às prefeituras cujas legendas compunham coligações da base política do Governo Estadual. Assim, ao invés de atender a municípios mais próximos, facilitando o controle das ações, deu-se muitas vezes preferência a municípios distantes até 200 km da Coordenação Estadual, de acordo com interesses políticos. A experiência demonstrou que essa distância entre os núcleos e a Coordenação Estadual dificultou as visitas pedagógicas bem como a intermediação junto aos alunos, constituindo um agravante para a evasão escolar.

Nesse cenário, uma grande questão se colocava: saber quantos alunos existiam, efetivamente, em sala de aula. Eram muitos os problemas com os alunos que faltavam demasiadamente; existia alta rotatividade de alunos ingressando, desistindo e sendo por vezes substituídos. A dificuldade em controlar essa volatilidade se agravava devido a problemas com o registro da frequência que era realizado de forma provisória, uma vez que as listas de chamada eram fornecidas pelo SMA, que poucos operavam, como já mencionado.

Muitas ações foram realizadas no intuito de combater a evasão escolar: ligações telefônicas, eventos com a participação dos alunos, reuniões pedagógicas etc. Tais iniciativas, entretanto, não propiciaram os resultados esperados devido à frustração das expectativas geradas pela divulgação do Programa que não se concretizaram. O elevado índice de abandono exacerbou os problemas internos e o relacionamento interpessoal entre os setores da Coordenação Estadual. Diante do fracasso pedagógico incontornável, a SeTrab concentrou seus esforços na tentativa de ocultar os indicadores negativos, pouco favoráveis aos interesses políticos hegemônicos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e, também, no âmbito do Governo Federal.

Na realidade, o Programa se materializava em salas de aulas vazias, com muitos alunos-fantasma, recrutados aleatoriamente, que só existiam no Sistema de Monitoramento e Avaliação. A Coordenação Estadual, apesar das ausências concretas, que configuravam o abandono por parte dos alunos matriculados, acabava por mantê-los no

sistema “atualizado”, alegando não pretender prejudicá-los com o corte dos benefícios. Em verdade, porém, o objetivo real era o de alcançar, mesmo que de modo fictício, a meta quantitativa de certificações, determinada pela Coordenação Nacional, bem como o de tentar obter lealdades e subserviência política.

Na segunda metade do programa, durante as ações para encobrir a evasão, a Coordenação Nacional autorizou a inscrição de novos alunos. Essa decisão objetivou atingir a meta que deveria ficar em torno de 75% de alunos certificados. A tentativa de recompor o número de participantes em meio ao funcionamento do Programa não levou em consideração as especificidades do processo educacional que deveria ser vivenciado pelos que, fora de época, iniciavam seus estudos. Na realidade, o que se verificou foi a manifesta intenção de fazer das ações do Programa uma política clientelista de *distribuição de renda* e de promoção política dos mediadores do PROJOVEM Urbano no Estado do Rio de Janeiro.

Outra clara expressão do descaso e da falta de qualquer compromisso com os jovens da classe trabalhadora vinculados ao PROJOVEM Urbano/RJ reside na questão da qualificação profissional. O Programa teve início sem a prévia definição das condições mínimas de funcionamento. Desconhecia-se como seria ofertada a qualificação profissional e, mesmo, em que locais seriam instaladas as oficinas ou laboratórios para a prática das atividades. Nos últimos meses do curso, a SeTrab terceirizou o serviço por meio de licitação e a qualificação profissional passou a ser oferecida em oficinas “móveis”. A falta de planejamento e a desorganização das ações comprometeram inteiramente a qualidade social da proposta e a qualificação profissional dos alunos. Além da precariedade da oferta da formação profissional também a opção metodológica do PROJOVEM por oferecê-la na última fase do curso desestimulou muitos dos matriculados.

Conforme a realidade do Programa se materializava nos municípios, de forma contrária aos interesses dominantes, em termos de resultados quantitativos, o acesso às informações foi gradativamente inviabilizado. As senhas de acesso ao SMA foram alteradas, tendo o mesmo ficado restrito à inserção de dados para concessão de bolsas, o que prejudicou profundamente as possibilidades de avaliação acadêmica do Programa no Estado do Rio de Janeiro, no que concerne à ação da SeTrab. Não podemos deixar de assinalar também que a burocracia da Coordenação Nacional do PROJOVEM gera entraves de toda ordem para acessar os dados relativos ao Programa em âmbito nacional, o que constitui grave empecilho para uma avaliação pública e livre de amarras de ordem política, acerca da iniciativa governamental, como anteriormente referido.

Como 2010 era ano de eleições para governador do Estado, os resultados foram sendo omitidos e as atenções ao Programa passaram a ser direcionadas praticamente apenas ao Polo de Mesquita, responsável pelos municípios da Baixada Fluminense, que abrigava grande parcela dos alunos que permaneceram. Em decorrência, não existem informações

oficiais sobre o número de jovens atendidos no Estado do Rio de Janeiro, nem em documentos oficiais, nem no site da Secretaria de Trabalho e Renda. A última informação obtida junto à Diretora Pedagógica do Pólo de Mesquita é a de que foram certificados em torno de 1000 alunos, (20%) do total de 5000 inscritos, mas esse número pode variar consideravelmente tendo em vista tantos descaminhos. Devido ao fracasso do PROJOVEM Urbano/RJ, não houve prorrogação do convênio e as atividades foram encerradas em dezembro de 2010.

Considerações Finais

O tópico anterior deste trabalho apresenta, no âmbito de suas especificidades, um demonstrativo de algumas das dificuldades e entraves que a realidade concreta impôs a um programa concebido e implementado a partir de uma perspectiva tecnocrática. Ademais, evidencia, como síntese, um conjunto de mazelas que a “pequena política” impõe, com seus interesses particularistas, às ações de cunho *social* de iniciativa do Estado, que não são passíveis de controle público, em decorrência dos meandros nebulosos da cultura política do país.

Na histórica esteira da modernização conservadora, o caso particular do PROJOVEM Urbano/RJ constitui quase uma síntese dos problemas arrolados nos estudos referentes a vários estados brasileiros, como anteriormente apresentado. Trata-se de um exemplo-síntese de ação calcada na fragmentação e na improvisação, como assinalou Saviani, cuja gênese, bem como sua concepção e execução, só se viabilizaram no espaço criado pelo Estado, devido à ausência efetiva de um Sistema Nacional de Educação, capaz de acolher a classe trabalhadora de forma plena e fundamentado no direito à educação.

Nesse sentido, o Programa derivou da desqualificação da educação escolar e, em sua concepção e execução, também tentou passar ao largo da modalidade de ensino historicamente construída a partir da luta de trabalhadores, ao se anunciar, sem ser, algo muito maior do que a Educação de Jovens e Adultos. Para se viabilizar, porém, no mais das vezes, precisou recorrer à estrutura das redes públicas de ensino, embora ancorado nas esferas da Assistência Social, o que representou grande retrocesso nas políticas de educação da classe trabalhadora. As redes escolares, por seu turno, ao receberem de forma impositiva o Programa, vitimizaram mais uma vez os alunos jovens e adultos trabalhadores, vetando a eles e aos docentes, o acesso pleno às suas instalações e equipamentos, em que pesem serem públicos.

Ao analisarmos o Programa e suas proposições, em contraposição ao fracasso que o marcou, verificamos encontrar mais uma vez na história da educação dos jovens e adultos trabalhadores um discurso portador de promessas que não poderiam ser cumpridas e que, por isso, não encontrou a prática.

O exemplo que o PROJOVEM nos oferece como mais uma política de governo sem compromisso com a universalização da educação básica para a totalidade da classe trabalhadora vai ao encontro de outros expressivos exemplos que podemos identificar no país a partir da década de 1940, sob a forma de campanhas, movimentos e programas. Lamentavelmente, nada indica que será o último. Ao contrário, no cenário político do país, marcado pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado em seu estágio atual, que alimenta a dualidade educacional de novo tipo (RUMMERT; ALGEBAILÉ; VENTURA, 2013), a preponderância dos interesses da “pequena política” sobre o efetivo compromisso com a educação da classe trabalhadora, certamente continuará a prevalecer até porque coadunado com as bases do modelo hegemônico de país. Em decorrência, o PROJOVEM vai ao encontro das intencionais estratégias de distribuição desigual do conhecimento à classe trabalhadora constituindo, em nível educacional, uma expressão daquilo que Fontes (2010) denominou no plano socioeconômico, como “políticas de gotejamento”. No âmbito da educação, tais políticas não apresentam compromisso com a produção qualificada de trabalho socializado e, assim, não atende ao direito à educação. Ao contrário, a “construção de direitos está bloqueada pela oferta de programas” (FONTES, 2011, s.p).

Certamente, essas características foram percebidas, mesmo que de forma difusa, pelos jovens e adultos trabalhadores que não acorreram ao chamado ou que abandonaram o Programa ao longo de seu curso. Aos simulacros de educação e às ofertas vazias de qualquer significado, a classe trabalhadora respondeu com a evasão enquanto mecanismo de resistência. Lamentavelmente, entretanto, essa resistência não constitui base para uma efetiva e organizada luta pelo ensino público, com a exigência da universalização da escola para a juventude com a necessária qualidade socialmente referenciada. Assim o que presenciamos, mais uma vez, foi a conformação diante das estratégias de focalização, fragmentação e privatização que marcam, até a atualidade, a educação da classe trabalhadora no país.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo. M. L.; ARAÚJO, Maria Auxiliadora M. L. **Trabalho Docente Precarizado versus Discurso Qualificante no PROJOVEM de Belém** – PA. VII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones en América Latina, Buenos Aires, 3, 4 e 5 de Julho de 2008.

BARBOSA, Carlos S. **Nova sociabilidade do capital e a natureza das políticas para jovens trabalhadores no governo Lula: uma análise da “participação cidadã” do ProJovem Urbano**. Rio de Janeiro: 2013. 204 p. Tese [Doutorado em Educação] – Programa

de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BRASIL. **Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília (DF): 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm> Acessado em: 04 de jul. 2014. 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 3/2006.** Aprova as Diretrizes e procedimentos técnicopedagógicos para a implementação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado pela Lei nº 11.129, de 30/7/2005, aprovado como “Projeto Experimental”, nos termos do art. 81 da LDB, pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2005. Brasília (DF): 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_06.pdf>, acesso em 12/12/2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB Nº 18/2008.** Apreciação do Projeto Pedagógico Integrado e autorização de funcionamento do PROJOVEM Urbano. Brasília (DF): 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9903-projovem-urbano-parecer-18-2008&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>, acesso em 12/12/2017.

_____. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM Urbano.** Brasília (DF): 2007. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/>>, Acessado em: 10 de jul. 2014.

_____. **Projeto Pedagógico Integrado.** Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília (DF): 2008a.

_____. Secretaria de Controle Interno da Casa Civil. **Avaliação da Execução do Programa PROJOVEM Urbano.** Série Diagnósticos. Volume I. Brasília Out. 2010. Disponível em: https://issuu.com/secretariageralpr/docs/avaliacao_projovem Acessado em outubro de 2017.

COSTA, Marcio. Conjuntura Educacional. PROJOVEM – notas sobre uma política nacional para jovens de baixa escolaridade. **Revista Contemporânea**. UFRJ. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/26/20>> Acessado em: 07/07/2014.

CRAVEIRO, Sílvia da S; OMETO, Maria P. Limites e Controvérsias da Implantação de Políticas para a Experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) no Município de São Paulo. **Revista Ideias**. Campinas (SP). nº 7. Nova série. 2º semestre. 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Editora da UFRJ, 2010.

_____. **Um país de ricos e miseráveis**. Entrevista. 2011. disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/um-pais-de-ricos-e-miseraveis>> acesso março 2015.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Claudio R. M.; BENITE, Anna M. C. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: PROJOVEM: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 185-206, jan./mar. 2012.

GASPAR, Leandro da Silva. **Teoria do capital humano e a formação para o trabalho simples no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano)**. Niterói (RJ): 2014. 189p. Dissertação [Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KUENZER, Acácia. A Educação Profissional nos Anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. Vol. 27, Nº 96 – Especial, p. 877-910. Out. 2006.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª edição. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77- 95.

RUMMERT, Sonia Maria. A Educação de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros no Século XXI. O novo que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, v. 02, p. 21-34, 2007. Universidade de Lisboa

_____. A modernização conservadora como marca da educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil. In: RUMMERT, Sonia Maria; CANÁRIO, Rui; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal**. Niterói (RJ): Eduff, 2009, v. 1, p. 213-232.

_____; ALGEBAIL, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 18, p. 717-738, 2013.

_____; ALVES, Natália. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal. Alvos da mesma lógica de conformidade. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 15, p. 511-529, 2010.

_____; BILIO, Rafael; GASPAR, Leandro. **PROJOVEM Urbano**: a política transitória e emergencial como marca sócio-histórica na educação de jovens e adultos. In: RUMMERT, Sonia Maria; BOMFIM, Maria Inês, Educação de Jovens e Adultos da classe trabalhadora brasileira. "Novos" projetos e antigas disputas. Curitiba: CRV, 2017. p. 47-76.

_____. A Educação e as Teses da Inclusão Social. **Revista Espaço Acadêmico** - Nº 58 – Março de 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/058faixa.gif>> Acessado em: 05 de jul. 2014. 2006.

SANTOS, Sandra; CAIRES, Flávia; SANTOS, Elinaldo; SALES, Sheila. Evasão Escolar no PROJOVEM Urbano: algumas percepções em Vitória da Conquista - Ba (Etapa 2008 a 2010). 4º Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil. Vitória da Conquista – Bahia – 05 a 07 de junho de 2013. **Anais...** Vitória da Conquista (BA): UESB, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Entrevista concedida à ANPED em abril de 2014**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-dermeval-saviani-pne>> Acesso em fevereiro de 2015.

SILVA, Juliana P. **Políticas Públicas de Juventude e Educação: as ações "emergenciais" na ótica de alunos do PROJOVEM Urbano**. Rio de Janeiro: 2011, 203 p. Dissertação

[Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

SILVEIRA, Olívia. **O Unicórnio e o Rinoceronte:** uma análise do PROJOVEM a partir da percepção de seus beneficiários. Salvador: 2009, 171p. Dissertação [Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia.

SOARES, Tufi M.; FERRÃO, Maria E.; MARQUES, Cláudio de A. Análise da Evasão no ProJovem Urbano: uma abordagem através do Modelo de Regressão Logística Multinível. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 841-860, out./dez. 2011.

Enviado em 16/11/2017

Aprovado em 30/11/2017